



SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA: CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Sexuality and disability: conceptions of undergraduate students in Biological Sciences

Hellen Fernanda Nascimento Cerqueira¹
Alessandra Alexandre Freixo²

Resumo

Este artigo teve como objetivo analisar as concepções de estudantes de Licenciatura em Ciências Biológicas, de uma universidade pública do interior da Bahia, em torno da sexualidade entre alunos deficientes, a fim de refletir sobre a construção de uma educação mais inclusiva e os desafios de uma educação para a sexualidade não capacitista. Esta é uma pesquisa qualitativa que utilizou formulário eletrônico como ferramenta de coleta de dados a partir de questões fechadas e discursivas. Os resultados foram divididos em três sessões, a primeira sobre a percepção geral das participantes sobre deficiência, a segunda sobre deficiência e sexualidade e a terceira sobre a formação de professores. Foi possível observar e compreender que apesar do desejo de incluir existe um sentimento de insegurança causado principalmente por uma formação inicial que ainda não prioriza trabalhar inclusão de pessoas com deficiência, resultado de uma sociedade que dita quem deve ou não participar ou ser incluído.

Palavras-chaves: capacitismo; educação inclusiva; formação docente.

Abstract

This article aimed to analyze the conceptions of undergraduate students in Biological Sciences, from a public university in the interior of Bahia, regarding sexuality among students with disabilities, in order to reflect on the construction of a more inclusive education and the challenges of a non-ableist sexuality education. This is a qualitative study that used an electronic form as a data collection tool, employing closed-ended and open-ended questions. The results were divided into three sessions: the first on the participants' general perception of disability, the second on disability and sexuality, and the third on teacher training. It was possible to observe and understand that despite the desire for inclusion, there is a feeling of insecurity caused mainly by initial training that does not yet prioritize working on the inclusion of people with disabilities, a result of a society that dictates who should or should not participate or be included.

Keywords: ableism; inclusive education; teacher training.

Introdução

A sexualidade faz parte do desenvolvimento humano e desta forma está presente desde a infância. É comum que ainda na infância haja manifestações de sexualidade como as carícias e estímulos corporais que geram a sensação de prazer, o desenvolvimento dos caracteres sexuais, as brincadeiras como brincar de pai e mãe, de médico, de casinha, os ditos jogos sexuais. Entretanto, nem sempre os pais e professores sabem lidar com tais manifestações, já que socialmente e culturalmente a criança é vista como um ser puro e angelical que não pode

¹ Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), fernandahellen311@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0001-4593-7089>.

² Doutora em Ciências Sociais, Professora Plena do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (DEDU/UEFS), aafreixo@uefs.br, <https://orcid.org/0000-0003-3566-8302>.



expressar seus desejos, nem explorar sua sexualidade, já que, esta é interpretada como algo sujo, impuro ou imoral.

Quando falamos em sexualidade é comum a associação com a relação sexual, entretanto, a sexualidade não se limita ao sexo apenas, mas engloba diferentes formas de sentir prazer, tocar, se relacionar consigo e com o outro. Para a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2026), a sexualidade move a vida humana, através dela buscamos o conhecimento do outro e o autoconhecimento. É ela que inspira nossas ações, formas de sentir, interagir, além de impactar na nossa saúde mental e física.

Falar sobre sexualidade ainda é um tabu da sociedade e relacioná-la a questões como deficiência torna-se muito mais difícil, já que vivemos em uma sociedade baseada em modelos considerados “normais” e qualquer mudança neste padrão é percebida com estranheza. Assim, uma pessoa com deficiência é vista como coitada, incapaz e doente, entretanto ter uma deficiência deveria ser entendido como parte da diversidade humana. Para Mendes Júnior e Seffner (2020) a deficiência é mais uma maneira de experimentar o corpo.

Historicamente, pessoas com deficiência foram marginalizadas, violentadas e excluídas do convívio em sociedade. O capacitismo, discriminação sofrida por pessoas com deficiência, foi construído a partir de um contexto histórico-social onde a exclusão, integração e segregação eram dominantes (KRAUSE et al., 2024).

Até o final do século XX, as pessoas com deficiência foram segregadas em classes especiais e lhes foi negado o direito de conviver em sociedade. Apenas no final deste século as ideias inclusivistas começaram a ser difundidas. Segundo Rodrigues et al. (2022, p. 202), “a inclusão tem como principal característica a ampliação e garantia do acesso à educação aos grupos excluídos historicamente desse direito em função da classe social, faixa etária, etnia ou deficiência firmando assim a democratização do ensino”.

É necessário pensar a exclusão de pessoas com deficiência para além de uma questão biológica, mas também sob o olhar da biopolítica e do biopoder, sendo biopoder o poder que atua regulando a vida, a sexualidade, a saúde, e a biopolítica a forma como esse poder se articula para conduzir a sociedade. Sob esse olhar Pagni (2019) discute como diferentes instituições, o Estado e a sociedade ditam quais vidas são consideradas normais e dignas de cuidado, e quais



devem ser marginalizadas ou invisibilizadas, e dessa forma o capacitismo opera como um efeito do biopoder.

Em se tratando de pessoas com deficiência, o tema da sexualidade está cercado de tabus e dificuldades. Segundo Edinete, Fernandes e Santos (2022) existem mitos acerca da sexualidade de pessoas com deficiência, perpetuados na sociedade. Pessoas com deficiência geralmente são vistas como assexuadas ou hipersexualizadas, pouco desejadas e atraentes, incapazes de ter filhos, cuidá-los e sentir prazer. Esses mitos são baseados em ideias preconceituosas e infundadas que socialmente foram associadas a determinado grupo (MAIA; RIBEIRO, 2010). Para Maranhão (2021), a sexualidade de pessoas com deficiência é vista como patológica ou descontrolada, e este argumento é utilizado para reprimir ou controlar a sua sexualidade.

Considerando o complexo contexto da intersecção sexualidade-deficiência, é necessário que os educadores busquem se qualificar nas questões de sexualidade para que seja construída uma educação para sexualidade pautada em liberdade, igualdade, sensibilidade e respeito. Segundo Rodrigues et al. (2022, p. 202), as universidades enfrentam um grande desafio atualmente, formar professores que consigam atender nos espaços educacionais “as diferenças”.

Discutir sexualidade e deficiência no ambiente escolar permite que os professores tracem estratégias de abordagem do tema de forma inclusiva, esclarecedora e empática, impedindo que ideias capacitistas sejam propagadas na escola, além de oferecer maior segurança e conforto na discussão da temática tanto para professores quanto para estudantes. Diante das ideias discutidas, este trabalho tem como questão orientadora a seguinte pergunta: Quais as concepções de estudantes da Licenciatura em Ciências Biológicas de uma universidade pública da Bahia acerca das manifestações de sexualidade de pessoas com deficiência?

Tomando essa questão problematizadora, este trabalho teve como objetivo geral analisar as concepções de estudantes da Licenciatura em Ciências Biológicas acerca das manifestações de sexualidade de pessoas com deficiência, intencionando refletir para a construção de uma educação mais inclusiva, sensível e crítica ao capacitismo presente na escola e na sociedade, a fim de contribuir com o debate sobre o tema. Como objetivos específicos buscamos compreender quais as percepções de estudantes sobre as pessoas com deficiência por meio da abordagem de situações-problema, bem como entender quais as suas concepções sobre a



sexualidade de pessoas com deficiência e seus atravessamentos no contexto escolar, além de suas percepções sobre as demandas docentes para discutir o tema sexualidade e deficiência, e suas abordagens na escola.

Metodologia

Essa pesquisa foi realizada com estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), no campus de Feira de Santana, a fim de diagnosticar suas percepções acerca da sexualidade de pessoas com deficiência, e compreender os desafios da docência para abordar a temática na escola. Este trabalho está inserido em um projeto institucional de pesquisa, apresentando respaldo ético, pela submissão de uma emenda a um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), cujo número de identificação do protocolo de pesquisa na Plataforma Brasil (CAAE) é 03613318.0.0000.0053. No referido protocolo constam todos os riscos e benefícios da pesquisa aos participantes, que foram devidamente informados de sua participação na pesquisa, assinando Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Nos inspiramos em uma abordagem qualitativa que, segundo Neves (1996), busca entender os fenômenos pesquisados a partir da visão dos participantes da situação em questão, e a partir dessa perspectiva o pesquisador desenvolve suas interpretações dos fenômenos estudados. Para Martins (2004), os métodos qualitativos levantam questões éticas, principalmente pela proximidade entre o pesquisador e o pesquisado, assim é necessário discutir sobre possíveis prejuízos ou consequências que afetem o grupo pesquisado. Dessa forma, por meio de situações problema, essa pesquisa buscou entender as visões dos estudantes sobre as questões de sexualidade e deficiência.

Para a seleção dos estudantes, foi solicitado ao colegiado do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas uma lista dos estudantes que já haviam cursado a disciplina “Sexualidade e Educação”, componente obrigatório do referido curso. Pensando na heterogeneidade dos estudantes, foram convidados para participar, inicialmente, aqueles que concluíram a disciplina nos semestres 2023.1, 2023.2. Entretanto, devido ao número baixo de respostas, a amostra de participantes foi ampliada também para os estudantes que concluíram a disciplina no semestre 2022.2, totalizando assim 37 convites. Apenas estudantes mulheres, cursando a partir do 8º



semestre, aceitaram participar da pesquisa. O total de estudantes que participaram da pesquisa foi seis, todas mulheres, que escolheram nomes fictícios para identificá-las na pesquisa: Bruna, Catarina, Cleide, Francisca, Neide e Nyx.

Como instrumento de aplicação da pesquisa foi utilizado um questionário eletrônico, por meio da plataforma Google Forms. Este instrumento foi escolhido pensando na comodidade dos participantes e nas suas diferentes rotinas que dificultam a disponibilidade de tempo, para não só facilitar e agilizar a coleta de dados, como também manter suas identidades preservadas. Para Faleiros et al. (2016), a utilização de recursos tecnológicos, como a internet, permite que o processo de pesquisa seja ágil e eficiente, facilitando a interação entre pesquisador e participante.

O formulário online foi dividido em três seções. Na primeira seção estavam as questões sobre deficiência, e situações-problema gerais envolvendo pessoas com deficiência. Nesta seção pretendeu-se compreender o entendimento dos participantes sobre deficiência, e a sua opinião diante das situações impostas. Na segunda estavam as situações problema, abordando o tema sexualidade e deficiência. Para a criação das situações problema foram selecionadas a surdez, a deficiência intelectual e o transtorno do espectro autista, baseadas em relatos pessoais de parceiros da graduação. Na terceira seção estavam questões abertas que indagaram sobre a formação dos participantes no que diz respeito à inclusão e sexualidade de pessoas com deficiência e prática docente, para entender como os participantes percebem e identificam dificuldades em abordar essa tríade na escola.

Os questionários respondidos pelas seis participantes e foram integralmente analisados. Em relação à análise dos dados obtidos foi utilizada a análise qualitativa que segundo Minayo (2012), baseia-se principalmente na compreensão da singularidade de cada indivíduo bem como da sua experiência coletiva e contextualizada. Os dados obtidos foram analisados de acordo com suas semelhanças e diferenças, buscando identificar diferentes unidades de significação ou unidades de conteúdo sobre o tema abordado, como proposto pelo método de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2016). A partir da análise dos resultados foram agrupadas unidades de sentido relacionadas às categorias: concepções de sexualidade, percepções sobre deficiência e demandas à formação docente.



Deficiência e inclusão a partir da visão das licenciandas

Quando perguntadas sobre o seu convívio social, todas as participantes responderam que conhecem alguma pessoa com deficiência. Entretanto, das 6 participantes apenas uma afirmou nunca ter se relacionado (relações familiares, de trabalho etc.) com pessoas com deficiência.

As participantes foram então instigadas, no formulário, a explorar um pouco mais sobre suas relações com pessoas com deficiência. As respostas mostraram que as relações estavam ligadas ao ambiente escolar e principalmente ao ambiente familiar. Seguem alguns relatos, retirados do questionário, sobre as relações estabelecidas:

Neide: Minha sogra tem deficiência auditiva desde que nasceu, ela se comunica com gestos pois não conhece outras linguagens como libras por exemplo, com a mesma deficiência já tive colegas de escola, mas as duas em que convivi se comunicavam em libras.

Bruna: Fiz estágio em educação inclusiva com adolescentes e crianças com deficiência.

A partir desses relatos podemos discutir alguns pontos importantes. No primeiro temos a participante que convive com a sogra surda que não aprendeu a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Por outro lado, no mesmo relato, temos a convivência com colegas de escola com a mesma deficiência, mas que se comunicavam em libras. Aqui vemos duas situações distintas, como a falta de acesso dificultou a comunicação, mas por outro lado, como o acesso a Libras teve um impacto positivo na comunicação e inclusão de pessoas com deficiência auditiva no ambiente educacional.

No segundo relato temos a experiência de uma participante como estagiária com estudantes com deficiência. Os estágios permitem que o estudante (futuro professor) tenha uma visão mais clara sobre a realidade dos educandos com deficiência, além de proporcionar, ainda que por pouco tempo, o desenvolvimento de atividades e estratégias inclusivas que possam ser aplicadas na escola. Essa experiência evidencia a importância da formação de professores para atuar de forma inclusiva durante a docência, o que é reforçado por Bulcão, Silva e Alves (2022), ao dizer que é essencial que os professores recebam uma formação adequada a fim de desenvolver boas práticas de inclusão.



Ainda sobre as relações das participantes, uma delas chamou atenção para as dificuldades encontradas como professora em sala de aula, denunciando a segregação dos estudantes com deficiência.

Nyx: Ainda é muito difícil saber como se portar ou como interagir em algumas situações, no ambiente sala de aula, esses estudantes ainda são segregados, o que torna difícil como professora saber como alcançar todos de alguma forma.

Aqui vale discutir que, muitas vezes os professores se sentem inseguros em trabalhar com estudantes com deficiência. Para Damasceno e Cruz (2021), muitos professores sentem-se ameaçados quando trabalham com estudantes com deficiência no ensino regular, e isso se dá principalmente devido às dificuldades impostas à formação docente.

Quando perguntadas se em algum momento da vida já presenciaram situações de inclusão ou exclusão de pessoas com deficiência apenas uma participante respondeu não ter presenciado, por conseguinte todas as outras respostas retrataram cenas de exclusão, como mostram algumas das respostas:

Francisca: Sim, de exclusão, no estágio como educadora museal, ao receber uma escola que possuía alunos com baixa visão, os mesmos terminaram sendo "excluídos" da visita pois em museus não é permitido tocar nas peças em exposição e não tínhamos recursos para fazer a mediação de outra forma.

Nyx: Sim, em um dos estágios obrigatórios, em concomitância com a residência pedagógica tive oportunidade de lecionar em uma sala com cinco alunos cada um com sua especificidade, esses alunos foram separados de certa forma das demais turmas onde não tinham as melhores condições de ensino. Como iniciante na docência foi desesperador não saber como alcançá-los, porém, foi a partir dessa dificuldade que comecei a pensar em novas possibilidades.

Relatos como esses não são difíceis de acontecer, já que frequentemente pessoas com deficiência enfrentam a exclusão, que as impedem de participar e exercer plenamente seu papel na sociedade. Excluídas, pessoas com deficiência, veem sua dignidade sendo ferida, além de tornarem-se praticamente invisíveis em uma sociedade marcada pelo capacitismo que, por muitas vezes, impede o acesso ao lazer, a escola, quiçá ao conhecimento.

Discutir os processos de exclusão de pessoas com deficiência é um passo importante para incluí-las em todas as esferas da sociedade. Para Paoli et al. (2023), falar sobre inclusão



social e discutir sobre suas particularidades é a oportunidade de pessoas com deficiência não continuarem sendo marginalizadas e excluídas.

Embora as discussões sobre inclusão e exclusão de pessoas com deficiência sejam mais constantes atualmente, ainda estamos vivendo em uma sociedade extremamente capacitista. Aqui vale discutir sobre a importância de políticas públicas que favoreçam e deem visibilidade a essas pessoas, já que embora elas existam, sua efetivação pode ser questionada. De acordo com Amorim et al. (2021), observando a sociedade percebe-se uma incompletude nas políticas públicas que se voltem para pessoas com deficiência. Assim, como mostram Nunes et al. (2024), pessoas com deficiência precisam recorrer à judicialização para que seus direitos sejam efetivados, isso denuncia como as políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência são frágeis.

Foi pedido também às participantes que expusessem suas percepções sobre a seguinte situação problema: Em uma empresa foi implementado um programa de sensibilização para o autismo, entretanto, as atividades tiveram pouca adesão dos funcionários que alegaram não conhecer nenhuma pessoa com autismo. Como você percebe a atitude dos funcionários? Algumas respostas estão destacadas a seguir:

Nyx: Como uma atitude um pouco egoísta talvez. Ter essa preocupação ela estará aberta às diversas formas de vida da nossa sociedade, é ter uma sensibilização maior para com o outro e não apenas se importar quando a hora chegar e se chegar.

Neide: Os funcionários que não participaram foram indiferentes além de insensíveis por achar que não convive, pois, uma pessoa autista nem sempre tem comportamentos que a definam.

Cleide: Falta de empatia. Sempre há alguém aguardando uma oportunidade de trabalho.

As respostas apontam para o individualismo que é muito presente na sociedade, ambas trazem a ideia de que muitos só se preocupam verdadeiramente com a inclusão quando são diretamente afetados pela exclusão e ignoram o fato de que incluir pessoas com deficiência é uma responsabilidade coletiva.

O ponto principal aqui é que pessoas com deficiência são constantemente colocadas à margem, embora existam leis que ofereçam amparo legal, a exclusão ainda é muito presente em diferentes instituições da sociedade. Como apontado por Domingues, Silva e Souza (2023),



existem barreiras físicas e atitudinais que dificultam a garantia dos direitos de pessoas com deficiência, reforçando preconceitos sustentados por um capacitismo estrutural que perpetua sua exclusão.

A segunda situação problema foi a seguinte: Uma mulher foi selecionada para participar de uma entrevista de emprego após a análise do seu currículo, que foi muito elogiado pela empresa. Durante a entrevista ela mencionou sobre a sua deficiência intelectual e posteriormente teve a vaga negada por não se encaixar nos perfis da empresa. Em sua opinião essa mulher sofreu algum tipo de preconceito?

Todas as participantes chegaram à conclusão de a empresa foi capacitista ao negar a vaga de emprego à mulher, como mostram os relatos:

Catarina: Essa mulher sofreu capacitismo. Por mais que ela tivesse um currículo impecável, o entrevistador(a), julga que a mesma não seria capaz de trabalhar na empresa.

Neide: Sim. Os selecionadores foram indiferentes à capacidade da candidata levando em conta somente a deficiência.

As estudantes, em suas respostas, demonstram compreender que a mulher sofreu com o capacitismo dos colaboradores da empresa, já que não atende aos padrões impostos pela sociedade capitalista. Entretanto, neste caso há uma sobreposição de opressões, uma intersecção entre o gênero e a deficiência, a mulher foi duplamente desvalorizada, como mulher profissional e como pessoa com deficiência. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas - ONU Mulheres (ORITI, 2021), mulheres com deficiência são atravessadas por diferentes formas de discriminação, capacitismo ou de gênero, e isso gera grandes impactos em sua participação social, econômica ou política.

A última situação-problema do primeiro tópico do questionário foi a seguinte: Durante um atendimento um paciente surdo relatou as suas queixas ao médico, entretanto, por não saber a Língua de sinais, o médico não conseguiu compreender o paciente. Quais as suas percepções sobre a situação acima? A seguir estão as percepções de algumas participantes.

Francisca: Acredito que para cobrar que o médico conheça libras, devemos cobrar principalmente dos governantes que coloquem como disciplina nas escolas, ofereçam cursos e etc. Aprender libras é caro e demanda tempo.



Nyx: Como um direito de todo cidadão acredito que seja obrigação do Estado garantir atendimento e políticas públicas que abarquem a todos independente de quem seja e quais as características de cada um. Apesar de estar na lei, sabemos que não é assim que acontece, aqui na prática a teoria é outra, e falta a sensibilidade e muitas vezes o mínimo de empatia. Acredita que deveria haver intérpretes de libras nos hospitais públicos, ou qualquer mecanismo que tornasse possível a comunicação entre médico e paciente.

As duas respostas apontaram para uma questão comum, a responsabilidade do Estado em promover acessibilidade para pessoas com deficiência, como previsto na LBI. É importante discutir a necessidade de políticas públicas que promovam a formação em Libras para diferentes profissionais a fim de possibilitar que pessoas com deficiência auditiva sejam tão bem assistidas quanto pessoas ouvintes. Por outro lado, como apontado pela participante Nyx, muitas vezes mesmo com o amparo legal, a aplicação prática é muito diferente do que é visto em teoria. A inclusão de pessoas com deficiência não depende apenas da existência de leis, mas da efetivação prática destas, do investimento na capacitação dos profissionais, e em enxergar que a exclusão não é um problema individual, mas sim da sociedade como um todo.

Deficiência e sexualidade a partir da visão das licenciandas

A primeira pergunta da sessão relacionada à sexualidade de pessoas com deficiência dedicou-se a compreender se na opinião das participantes a deficiência influencia na forma como pessoas com deficiência são vistas como parceiros românticos. A maioria das respostas apontaram para o capacitismo enraizado em nossa sociedade, como mostram as opiniões a seguir:

Nyx: Sim, apesar de que não deveria ser assim. Pelo estereótipo criado, até as próprias pessoas com deficiência acabam se inferiorizando e menosprezando, levando em consideração os estigmas que são propostos pela sociedade. De que pessoas com deficiência não possuem sexualidade, não sentem tesão, não se apaixonam, não fazem sexo e de certa forma acabam sendo infantilizadas pela família em muitos casos. Por se apegar a isso, acabam levando para sua vida esses padrões imaginários, gerando insegurança e outras coisas negativas. Olhando de outra perspectiva essa insegurança também pode ser vivenciada pelo(a) parceiro(a) por não se sentir "apto" a lidar com determinadas situações.

Catarina: Sim. As pessoas têm muitas crenças enraizadas sobre as pessoas com deficiência e isso impacta na forma que elas veem essas pessoas. Muitas vezes enxergam com um olhar de pena, não enxergam "normalidade" nessas pessoas, o que faz não ser um/uma parceria/o sexual a altura.



Neide: Sim, as pessoas geralmente escolhem por padrões e não pela essência.

Nas opiniões das participantes podemos observar que há a percepção de uma sociedade que condiciona a afetividade, atratividade e o romantismo a um padrão de “normalidade”, e como discutido anteriormente, tudo que foge desse padrão não é bem-visto. Como apontado por Maranhão (2021), a afetividade entre pessoas com deficiência, como não atende aos padrões de normalidade impostos, é vista como perigosa. Aqui é possível também discutir sobre a ótica do biopoder e da biopolítica apontada por Pagni (2019), já que é a sociedade e o Estado quem decide quais pessoas são atraentes, dignas de desejo ou afeto.

Outra questão importante, levantada por Nyx, é a visão que as próprias pessoas com deficiência têm de si mesmas. A crença de que pessoas com deficiência são assexuadas, hipersexualizadas ou infantis, pode afetar a forma como elas próprias se enxergam, levando a problemas com a autoestima e a percepção do prazer como apontado pelo documento Direitos e de Saúde Sexual das Pessoas com Deficiência (COSTA et al., 2022). A internalização da opressão que o capacitismo da sociedade exerce sobre pessoas com deficiência resulta em sentimentos de inadequação e desvalorização de si próprio (HILGEMBERG, 2023). Faz-se necessário pensar estratégias que combatam a perpetuação desses estigmas e incentivem a sua desconstrução, entretanto que não se restrinjam a ações individuais, mas sim modificações estruturais que possibilitem que a deficiência seja vista como parte da diversidade humana.

Em outra questão do formulário, as participantes expressaram suas opiniões sobre a abordagem da afetividade e sexualidade de pessoas com deficiência nas mídias. É importante falar sobre o tema, porque a forma como é representado nas mídias reflete a forma como a sociedade enxerga essas pessoas ou como deveria enxergar. Aqui estão algumas contribuições das participantes:

Nyx: Agora mais que nunca temos visto essas representações em novelas, séries, filmes, e livros. Não é muito abordado como deveria em programas jornalísticos, rádio entre outros, mas, acredito que seja um avanço e um passo inicial para muitos outros que virão.

Neide: Sim, na forma de inclusão em novelas, nas propagandas e em páginas da internet, mas ainda de forma sucinta.



Bruna: Sim, as séries e novelas trazem personagens com essas características. Como em Atypical, The Big Bang Theory, Demolidor.

O padrão de corpo “normal”, branco, heterossexual, cis, sem deficiência, também é o mais representado nas mídias e durante muito tempo os corpos fora do padrão, principalmente os com deficiência, foram invisibilizados. Embora pessoas com deficiência venham ganhando mais espaço nas mídias, ainda assim muitas representações retratam uma ideia de superação, sofrimento, luta, pena, fetichização, típicos do capacitismo (HILGEMBERG, 2023).

A primeira situação-problema deste tópico foi a seguinte: Durante uma aula de genética em uma discussão sobre doenças genéticas, uma estudante fez o seguinte comentário: " Por isso que deficientes não devem ter filhos com outros deficientes, para não ter filhos doentes". Existe no imaginário da sociedade a ideia de que pessoas com deficiência não podem ter filhos, seja por incapacidade de gerar ou de cuidar, ou se por acaso tiverem, seus filhos também nascerão com deficiência. Essas foram algumas das considerações das participantes:

Bruna: Deve ser abordada com o conteúdo demonstrando que não necessariamente o filho seria deficiente e desmistificar esse preconceito.

Cleide: Equivocada. Além de carregar e expressar preconceitos, tal pessoa precisa buscar um pouco mais conhecimentos de genética.

Francisca: Acho que quem não tem algo produtivo para falar deve ficar calado, cada qual tem direito de reproduzir com quem quiser, até porque de dois ditos normais também pode vim um deficiente.

Analisando as respostas, observamos que as participantes apontam para uma questão em comum, o preconceito presente na fala da estudante da situação problema. Primeiramente, precisamos discutir que esta fala reproduz um discurso eugenista, já que impõe um controle na reprodução de pessoas com deficiência sob o argumento de não se ter mais pessoas com deficiência. Aqui também há uma relação direta com as questões de biopoder, já que a partir da sua fala ela sugere que corpos com deficiência devem ser controlados, regulados ou impedidos de se reproduzir.

Outro ponto a ser pensado é a ideia de que o sexo é apenas para reprodução, deixando de lado afeto, desejo, prazer. Como discutido por Maranhão (2021), como a sexualidade de pessoas com deficiência não segue a lógica reprodutiva, então deve ser controlada e



marginalizada. Assim, se pessoas com deficiência “não podem” se reproduzir também não devem pensar sobre nenhuma questão relacionada à sexualidade, principalmente sobre o ato sexual.

A segunda situação-problema foi a seguinte: Uma estudante com deficiência intelectual relatou que estava namorando um colega sem deficiência. Em sala os estudantes foram vistos trocando carinhos e a direção tomou como medida a separação dos estudantes em pavilhões diferentes. Você concorda com a conduta da direção? Essas foram as considerações de algumas participantes:

Cleide: Preconceituosa e extrema. É claro que não concordo com expressões íntimas em ambiente aberto, (acredito que essa não é a condição desse relato) quanto a afetividade entre namorados como expressões de carinho, acredito ser normal em pessoas com ou sem deficiência.

Catarina: Acredito que foi um exagero a separação repentina. Poderiam ter conversado com os estudantes que não é permitido a troca de carinhos na escola (como beijos e carícias), para que não atrapalhe a/o docente e colegas de sala.

Bruna: Escola não é lugar de namorar, mas se a atitude foi tomada apenas nesse caso, não concordo.

É importante discutir sobre o que é considerado aceitável ou não publicamente em relações afetivas. Primeiramente, na situação em questão, os estudantes estavam trocando carinhos, que podem ser beijos, abraços, toques, mas que dependendo da pessoa, contexto cultural e social pode ser considerado inadequado. Na fala da participante Cleide percebe-se o reconhecimento de um exagero com a atitude tomada por parte da escola, desde que não sejam expressões íntimas. Catarina também reconhece a atitude como exagerada, entretanto sugere que expressões de afetividade no ambiente escolar podem atrapalhar.

Por outro lado, Bruna diz que a escola não é ambiente para namoro, mas aponta uma certa incoerência se a medida foi aplicada apenas com aquele casal. É necessário entender que a escola é também um espaço onde o biopoder opera promovendo regulação e controle, por meio de regras, imposições, entretanto para pessoas com deficiência esse controle é muito mais rigoroso. Quando os estudantes são impedidos de se relacionar, a escola reforça mesmo que inconscientemente a ideia de que alguns corpos são dignos de afeto, carinho e outros não.



A percepção de que a escola errou em sua atitude foi mais comum entre as participantes. Devemos pensar, inicialmente, na falta de preparo por parte da escola, já que a única solução encontrada foi apenas separar os estudantes, sem abrir espaço para o diálogo, essa atitude reforça ainda mais os estigmas e a exclusão. Outra questão é a presunção de que essa estudante não teria capacidade de se relacionar afetivamente, e como forma de “proteção” separou-a do seu parceiro. Para Zuin, Leão e Denari (2022), impedir que pessoas com deficiência vivam a sua sexualidade reforça ainda mais os preconceitos, rotulando-as como incapazes de ter uma vida sexual, afetiva saudável e prazerosa.

Deficiência, sexualidade e as demandas para a formação docente

As participantes encontram-se cursando entre o 8º e 11º semestre e todas afirmaram ter tido alguma disciplina que abordasse o tema sexualidade e deficiência, especialmente a disciplina Sexualidade e Educação, entretanto apenas uma relatou ter cursado a disciplina Educação Especial e Políticas Educacionais Inclusivas. Vale ressaltar que no ano de 2019 um novo currículo foi implementado e somente a partir deste ano a disciplina Educação Especial e Políticas Educacionais Inclusivas passou a ser ofertada. A seguir estão algumas das considerações feitas pelas participantes sobre como (ou se) foi abordado o tema sexualidade e deficiência na sua formação inicial:

Catarina: As discussões só aconteceram devido a um seminário apresentado na disciplina com o tema livre. Então, não tivemos aprofundamento no assunto. O que eu sei, é por estudos individuais sobre o assunto durante a época dessa apresentação.

Neide: Houve somente discussão sobre a temática, não houve atividades com essa abordagem e nem foram abordados como possíveis situações em sala de aula.

Nyx: [são] assuntos importantes e que dão certo entendimento acerca da dinâmica da sala de aula, possíveis situações e realidades que muitas vezes serão encaradas pelo professor. Não é a segurança do que fazer, mas as possibilidades de como agir, para abraçar a todos os alunos igualmente.

Bruna: As discussões foram boas mas não necessariamente tratavam do que poderia ocorrer em sala.

Observamos que há uma ambiguidade nos relatos, enquanto algumas dizem que as discussões foram necessárias, suficientes, outras enfatizam a falta de aprofundamento. A maioria das falas nos mostram como determinados temas relacionados à diversidade humana,



como sexualidade, deficiência e afetividade ainda possuem pouca visibilidade e revelam uma certa lacuna no processo de formação. Como destacado por Mendel e Miranda (2023), uma formação inicial de qualidade é essencial para que os professores se sintam seguros e preparados para trabalhar temas relacionados à sexualidade. Precisamos refletir sobre a importância de uma formação docente que vá além dos debates e teoria em sala e proporcione também a experiência prática através de estágios, visitas, uma formação que possibilite ao futuro professor refletir sobre as suas estratégias pedagógicas para alcançar também os estudantes com deficiência, ou seja para a construção de uma Educação verdadeiramente inclusiva.

Na questão seguinte as participantes foram indagadas se já haviam participado de atividades complementares que trouxessem a Educação Inclusiva e Sexualidade como tema, além de avaliar as contribuições das atividades para a formação docente. Três participantes afirmaram nunca ter participado de nenhuma atividade complementar sobre o tema e as outras três afirmaram já ter participado, a seguir estão os relatos:

Nyx: Sim, houve discussões relacionadas à sexualidade apesar de não serem tão presentes, enriquecedor entender que há diversas expressões de sexualidade nas pessoas com deficiência, e que elas não são vetadas apenas por conta dos estigmas que a sociedade impõe.

Neide: Sim, no setembro surdo o tema foi abordado. Essa experiência é essencial para a formação acadêmica pois esclarece e orienta alunos e professores a terem condutas corretas em algumas situações.

Francisca: Já participei do evento em relação a libras, não houve discussão sobre sexualidade, mas através do evento pude perceber que a questão dos surdos ainda caminha a passos lentos.

Aqui observamos a importância das atividades complementares como fonte de conhecimento além das disciplinas ofertadas. Embora nem sempre haja discussões sobre sexualidade e pessoas com deficiência, como apontado pela participante Francisca, ainda assim essas atividades apresentam um grande potencial para ampliar a visão dos futuros professores sobre a Educação Inclusiva, porém precisam estar associadas a um currículo que também a priorize, porque sexualidade de pessoas com deficiência ainda é um tabu e as discussões sobre o tema não devem se restringir a eventos pontuais.

As questões seguintes se complementam, primeiramente, foi perguntado às participantes se elas consideram como fácil ou difícil abordar questões relacionadas à



sexualidade com estudantes com deficiência e todas responderam que consideram difícil. Em seguida elas justificaram suas respostas, algumas justificativas estão abaixo:

Catarina: Muito difícil! Desfazer tantas crenças e mitos relacionados às pessoas com deficiência é algo muito difícil. Historicamente as pessoas com deficiência foram vistas como "seres" que não mereciam viver devido às suas deficiências e que sua característica seria algo que não deveria ser passado de maneira alguma para as próximas gerações. Ainda é preciso desconstruir muitos termos preconceituosos e deixar essas pessoas falarem por si só sobre sua sexualidade, para pararmos de distanciá-los da normalidade.

Neide: Só quem sabe de fato abordar corretamente o tema são as pessoas que convivem com deficiência.

Cleide: É mais difícil tratar essa temática, e inclusões pelo fato também da maior parte da população não portar deficiência, daí não é tão abrangente.

Nyx: A sexualidade no geral ainda é um tema difícil de se tratar, por conta da demonização que sempre ocorreu em torno desse assunto.

Bruna: É cheio de tabus e mitos.

As contribuições das participantes mostram a dificuldade em trabalhar questões relacionadas à sexualidade e ainda mais quando há intersecção com a deficiência, justamente pelos mitos e tabus existentes e que precisam ser desconstruídos. Uma dificuldade que não se restringe apenas às questões de sexualidade, mas se estende por todas as questões da prática pedagógica porque a escola, como um instrumento da biopolítica, ainda opera baseada no estudante ideal, “normal”, típico. Essa realidade é o reflexo da nossa sociedade que marginaliza e exclui todos os corpos que não se enquadram no padrão estabelecido, e que é também reproduzido na escola.

Na última questão do formulário, as participantes deixaram suas percepções sobre os desafios enfrentados para trabalhar uma educação para a sexualidade não capacitista na escola. Como discutido anteriormente, a sexualidade de pessoas com deficiência é cercada de tabus e silenciamento, e na escola constantemente surgem questionamentos, situações que os professores precisam lidar. Para as participantes os principais desafios são os seguintes:

Neide: O maior desafio é conseguir compreender todas as deficiências que existem pois são muitas, e é preciso compreender para só depois abordar, para além disso há também pessoas com deficiência que não aceitam falar sobre e pode soar como ofensa levando a um possível desconforto das partes envolvidas e até processo legal.



Nyx: Ter segurança e entendimento para falar sobre, ter liberdade para discutir determinados assuntos, já que às vezes não é visto com bons olhos pelos pais e gestão.

Cleide: Primeiro começa na lacuna existente no currículo de licenciando, os professores não são muito preparados para o ensino nesse quesito.

Francisca: Os desafios já começam em abordar a sexualidade, após isso tem a questão de trazer o tema em salas de pessoas típicas e romper os próprios preconceitos.

A partir da visão das participantes observamos que os desafios são diversos e se apresentam de formas diferentes. Primeiramente, o currículo que ainda negligencia as discussões sobre o tema, e sem uma formação crítica que permita discussões e reflexões a prática docente também será prejudicada, já que os professores tendem a evitar abordar o assunto justamente por falta de preparo, como apontado por Maia, Silva e Vilaça (2017). Essa dificuldade não se restringe a trabalhar o tema em sala, mas também em saber acolher, ser sensível e ético para não causar desconfortos como Neide pontuou. É necessário reforçar aqui a importância também da formação continuada de professores, porque embora a formação inicial seja a base, não podemos esquecer que a formação do professor é constante e construída através de diferentes diálogos, vivências, grupos de estudo, cursos, outras possibilidades de agregar conhecimento e contribuir positivamente para a sua prática.

O medo de desagradar a família dos estudantes ou a gestão da escola também aparece como um desafio a ser enfrentado, justamente pelos atravessamentos do capacitismo em todas as camadas e instituições da sociedade. Capacitismo que também atravessa os professores, traz insegurança e que exige desconstrução para a construção de uma escola mais inclusiva.

Considerações finais

A partir do desejo de discutir sobre o capacitismo enquanto uma construção social e cultural, além de suas implicações na escola e na prática docente de futuros professores de Ciências e Biologia, profissionais que constantemente são procurados para discutir sexualidade, nasceu essa pesquisa. Durante o processo, compreendemos que há muito a ser discutido sobre as questões que envolvem sexualidade e deficiência.

Retomando os objetivos propostos, foi possível analisar e compreender as percepções das participantes acerca da intersecção entre sexualidade e deficiência e as demandas docentes



para discutir na escola. As falas das participantes revelaram que se por um lado existe o desejo de incluir verdadeiramente, por outro há uma formação inicial que ainda restringe as discussões sobre sexualidade e deficiência, reduzindo-as a poucas disciplinas ou eventos pontuais, porém não deixo de reforçar a importância das atividades complementares voltadas para a temática como fonte importante de conhecimento.

As discussões aqui feitas mostraram que há um sentimento de despreparo que vai além de questões pedagógicas, sendo resultado de uma política de dominação de corpos que estabelece padrões e dita quem deve ou não ser socialmente aceito e considerado “normal”. Observando pela ótica da biopolítica e do biopoder vemos a escola como um instrumento regulador que determina como e o que pode ser discutido, aumentando ainda mais a insegurança do professor.

No que diz respeito às expressões de sexualidade de pessoas com deficiência, algumas percepções das participantes mostraram que ainda há um tabu e a patologização e infantilização acontecem de forma constante, entretanto outras percepções apontam para uma visão mais inclusiva que reconhece as expressões como parte do ser humano independente das diferenças.

Discutir essa temática permitiu que reflexões importantes fossem feitas além de abrir possibilidades para discussões sobre o que realmente é a inclusão, qual o papel do professor para que ela aconteça de fato, como as pessoas com deficiência são vistas na sociedade e como a sua sexualidade ainda incomoda por não se encaixar nos padrões.

Acreditamos que este trabalho possa trazer reflexões relevantes para discutir como o capacitismo está enraizado em todas as esferas sociais, como repensar práticas pedagógicas e o currículo são essenciais para a formação de um professor com pensamento crítico, empático e que priorize o respeito às diferenças a fim de mitigar os efeitos do capacitismo na escola.

Por outro lado, compreendemos que reconhecer as limitações na formação inicial é um desafio, mas que se faz extremamente importante. Os futuros professores demandam compreender que a luta pela inclusão deve ser de todos, da escola, da família, do Estado (na efetivação de políticas públicas), da sociedade. Não sabemos tudo, enquanto seres humanos devemos aceitar a nossa pequenez e que não somos heróis e heroínas, não significa que devemos nos acomodar, mas sim agir dentro das nossas possibilidades, reconhecendo que a educação inclusiva se faz também por pequenas ações que quando somadas fazem uma grande diferença.



Referências

- AMORIM, A. C. de; GERTNER, S. R. da C. B.; FEMINELLA, A. P.; LOUZEIRO, R. Sobre o viver em uma cidade/sociedade capacitista: tempos pandêmicos. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. e6810212294, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/12294/10921>. Acesso em: 08 jul. 2026.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BULCÃO, A. de J.; SILVA, F. G. da; ALVES, K. E. C. Formação continuada: concepções e práticas para uma educação inclusiva no Ensino Fundamental I. **Ensino em Perspectivas**, v. 3, n. 1, p. 1–11, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8870/7218>. Acesso em: 08 jul. 2026.
- COSTA, L. S.; AMORIM, A.; GERTNER, S.; FEMINELLA, A. P.; AGRUILAR, C.; RAMOS, B. S.; BARRETO, F.; BITTENCOURT, A. M. **Direitos e saúde sexual das pessoas com deficiência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2024.
- DAMASCENO, A. R.; CRUZ, I. D. Inclusão em educação e a formação de professores em perspectiva: entre velhos dilemas e desafios contemporâneos. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, v. 2, n. 3, p. 71-88, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/reed/article/view/8093/5650>. Acesso em: 08 jul. 2026.
- DOMINGUES, L.; SILVA, D. de M.; SOUZA, A. C. de. A pandemia e as dificuldades dos alunos com deficiência: uma discussão sobre a necessidade de transposição de barreiras. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 33, n. 3, p. 698-707, 2023. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/13731/6722>. Acesso em: 08 jul. 2026.
- EDINETE, F.; FERNANDES, R.; SANTOS, A. **Vivências da sexualidade na deficiência e a compreensão de gênero**. Curitiba: ASID Brasil, 2022.
- FALEIROS, F.; KAPPLER, C. PONTES, SILVA, S. S. C.; GOES, F. S. N.; CUCICK, C. D. Uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. **Texto Contexto Enferm**, n. 25, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/Hjf6ghPxk7LT78W3JBTdpjf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jul. 2026.
- HILGEMBERG, T. O corpo com deficiência nas mídias sociais: a autorrepresentação da atleta paralímpica Camille Rodrigues no Instagram. **Revista Mundaú**, n. 13, p. 87-105, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/revistamundau/article/view/14384/11088>. Acesso em: 08 jul. 2026.
- KRAUSE, M. P. B.; BERNARDES, A. M. de O.; ROCHA, I. M. R.; PITANGA, C. V. Capacitismo e seus efeitos nocivos em alunos com deficiência no ambiente escolar. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 8, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/5081/3820>. Acesso em: 08 jul. 2026.



MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 16, n. 2, p. 159-176, 2010. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v16n02/v16n02a02.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2026.

MAIA, A.C. B.; SILVA, R. D. da.; VILAÇA, T. Sexualidade de alunos cegos: uma curta metragem como recurso pedagógico na formação de professores/as. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA PRÓ-INCLUSÃO, 5., Lisboa, 2017. **Anais Eletrônicos...** Lisboa: Universidade do Minho, 2017, p. 1204-1216. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1BjmayHakvvGrFzP3rleUS_Z6szkP1VLj/view. Acesso em: 08 jul. 2026.

MARANHÃO, G. C. da S. C. Sexualidade das pessoas com deficiência e Direitos Humanos: preconceito, discriminação e barreiras a vivências do desejo. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22872/19990>. Acesso em: 08 jul. 2026.

MARTINS, H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educ. Pesqui.**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v30n02/v30n02a07.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2026.

MENDEL, A. P. C.; MIRANDA, J. C. Formação de professores e educação sexual: o retrato de um curso de licenciatura em ciências naturais. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 13, n. 38, p. 216-248, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/939/569>. Acesso em: 08 jul. 2026.

NUNES, N. R. A.; BUCELES, N. M. C.; LOPES, I. D. P.; QUEIROZ, L. S. JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: desafios e perspectivas. **Cadernos UNDB – Estudos Jurídicos Interdisciplinares**, v. 7, n. 2, 2024. Disponível em: <https://periodicos.undb.edu.br/index.php/cadernosundb/article/view/241/197>. Acesso em: 08 jul. 2026.

MENDES JÚNIOR, J. E.; SEFFNER, F. Conexões entre sexualidade e deficiência são desafios para pensar escola diversa e inclusiva. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/26/26>. Acesso em: 08 jul. 2026.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2012.v17n3/621-626/pt>. Acesso em: 08 jul. 2026.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em: http://www.praticadapesquisa.com.br/2011/06/pesquisa-qualitativa-caracteristicas.html#google_vignette. Acesso em: 08 jul. 2026.

ORITI, C. **Aceitando o desafio**. Mulheres com deficiência: por uma vida livre de violência. Um olhar inclusivo e transversal. ONU Mulheres Entidade das Nações Unidas para a Igualdade



de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. Montevideu. 2021. Disponível em: https://lac.unwomen.org/sites/default/files/Field%20Office%20Americas/Documentos/Publicaciones/2021/09/Documento_Aceitando-o-desafio%20PT%20WEB.pdf. Acesso em: 08 jul. 2026.

PAGNI, P. A. **Biopolítica, deficiência e educação**: outros olhares sobre a inclusão escolar. São Paulo: Editora UNESP, 2019. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/5twcy/pdf/pagni-9788595463332.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2026.

PAOLI, J. de; LIMA, L. G. S; RODRIGUES, M. de L. D.; MACHADO, P. F. L. Cadê a inclusão das pessoas com deficiência na BNCC? A exclusão comeu! **Rev. Educ. Espec.**, v. 36, 2023. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/educespufsm/v36/1984-686X-educespufsm-36-e70910.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2026.

RODRIGUES, C. S. D.; SILVA, S. C.; ROCHA, L. P.; NAVES, R. M.; DOMINGUES, I. M. C. S. A formação de professores para a inclusão escolar dos alunos com deficiência. **Conjecturas**, v. 22, n. 3, p. 195–212, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/359157057_A_formacao_de_professores_para_a_inclusao_escolar_dos_alunos_com_deficiencia. Acesso em: 08 jul. 2026.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Sexual health**. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/sexual-health#tab=tab_1. Acesso em: 08 jul. 2026.

ZUIN, L. F.; LEÃO, A. M. de C.; DENARI, F. E. Sexualidade e deficiência intelectual: estigmas e preconceitos. **Apae Ciência**, v. 18, n. 2, p. 30-39, 2022. Disponível em: <https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/370/294>. Acesso em: 08 jul. 2026.

Trabalho apresentado em 29/03/2026

Aprovado em 25/06/2026